



**Willian Douglas Guilherme**  
**(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão**  
**da Educação Brasileira 3**

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>145</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues  
Jonas Gabriel Pestana Gradim  
Julia Cintra Gomes  
Juliana Masini Garcia  
Livia Maria Landgraff Pereira  
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos  
Murillo Fernando Jolo  
Thainá Ferreira de Toledo Piza  
Tatiana Pupim Libório

**DOI 10.22533/at.ed.60319100714**

**CAPÍTULO 15 ..... 150**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto  
Fernanda Sprada Lopes  
Ivo José Both

**DOI 10.22533/at.ed.60319100715**

**CAPÍTULO 16 ..... 154**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira  
Dayane Mary Soares da Costa  
Dayse Alves dos Santos  
Marcos Antônio de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.60319100716**

**CAPÍTULO 17 ..... 171**

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva  
Evaldo Ribeiro Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.60319100717**

**CAPÍTULO 18 ..... 182**

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.60319100718**

**CAPÍTULO 19 ..... 187**

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho  
Gilmar Garcia Marcelino  
Kelly Francisca da Silva Brito  
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.60319100719**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>193</b>
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
<a href="#">Jaison Fernando da Silva</a> <a href="#">Caroline Barboza Januário</a> <a href="#">Livia Bianca Oliveira Dariva</a> <a href="#">Daniele Rosa de Arruda da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>199</b>
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
<a href="#">Darliane Silva do Amaral</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>204</b>
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
<a href="#">Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</a> <a href="#">Josanilda Mafra Rocha de Moraes</a> <a href="#">Lenina Lopes Soares Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>217</b>
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
<a href="#">Patrícia Aparecida da Cunha</a> <a href="#">Guilherme Alessandro Garcia</a> <a href="#">Eloy Alves Filho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>224</b>
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
<a href="#">Rosanea Beatriz Borges</a> <a href="#">Melchior José Tavares Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>232</b>
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
<a href="#">Ivone Liphhaus Almeida</a> <a href="#">Sidnei Quezada Meireles Leite</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>245</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
<a href="#">Ivana Aparecida Weissbach Moreira</a> <a href="#">Rosenei Cella</a> <a href="#">Rosana Cristina Kohls</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100726</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>251</b>
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>270</b>
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>280</b>
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100729</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>291</b>
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>301</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100731</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>312</b>
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100732</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>323</b>

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal**

UNITAU, Universidade de Taubaté

Taubaté - São Paulo

**Juliana Marcondes Bussolotti**

UNITAU, Universidade de Taubaté

Taubaté - São Paulo

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar a importância da alfabetização e letramento na inclusão especial, considerando a valorização do sujeito aprendiz em uma sociedade contemporânea e globalizada, capacitando-os como cidadãos atuantes para uma sociedade igualitária, e isso se faz no papel socializador da escola na convivência dos alunos com necessidades especiais. O objetivo traçado propõe uma análise qualitativa sobre considerações importantes de alguns dos principais autores que se dedicaram a tratar de aspectos relativos a esta problemática. O procedimento interpretativo de revisão bibliográfica permitiu maior compreensão do tema, possibilitando o ato reflexivo por parte dos autores deste artigo e a sistematização de conteúdos que o sustentou. O eixo principal recaiu sobre a forma de apresentar que em um mundo tão raso no que diz respeito à vida letrada em que estamos inseridos, é preciso difundir o incentivo a mudança desse quadro para que nossas futuras gerações não sofram

a triste realidade de viver em um ambiente que suas habilidades para a vida externa, não nasçam através de um raciocínio crítico e destinado a mudar o rumo de sua própria história, de sua autoconstrução. O resultado dessa linha de evolução do pensamento, a análise e recontextualização deste estudo, possibilitaram aos pesquisadores entender que a alfabetização e letramento não se dão pelo simples fato de saber ler e escrever, e nesse contexto, alguns indivíduos em face da sua condição especial, possa se sentir confortável no ambiente escolar, a escola deve proporcionar condições para recebê-los sem quaisquer distinções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização, letramento, inclusão.

**ABSTRACT:** This article seeks to present the importance of reading and writing in the inclusion of special needs students, seeking to value these students in our contemporary and globalized society and empower them as active citizens in a more egalitarian world; this happens in the school's socializing role in the coexistence of students with special needs. The objective here is to propose a qualitative analysis of some important considerations from some of the main authors reviewed who devoted themselves to studying aspects relating to this issue. The interpretation and review of

this literature has allowed a greater understanding of the theme, making it possible for the authors of this article to reflect on it and to systematize its contents. The main focus is to show that, in a world so superficial in terms of literacy, it is necessary to encourage a change to this framework so that future generations may have their worldly skills born out of critical thinking and be able to change their trajectory and their self-construction. This line of thought, along with the analysis and recontextualization of this study, has enabled the researchers to understand that literacy is not determined by the simple fact of knowing how to read and write, particularly for individuals with special conditions—that is, in order for special needs students to feel comfortable in the school environment, the school must provide conditions to receive them without any distinctions.

**KEYWORDS:** Reading, writing, inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

Historicamente analfabetismo corria a passos largos no Brasil devido à falta de comprometimento social. A alfabetização não se dá pelo simples fato de saber ler e escrever, e nesse contexto, alguns indivíduos em face da sua condição especial, ou seja, para que o aluno especial possa se sentir confortável no ambiente escolar, a escola deve proporcionar condições para recebê-los sem quaisquer distinções. Independente do grau de dificuldade, o que se deve levar em conta é o direito que todo cidadão tem que ter a sua disposição, ensino educativo e que esteja preparado para lidar com seus problemas.

Os alunos com necessidades educacionais especiais ainda são avaliados dentro de um sistema classificatório, quando deveriam ser avaliados dentro de suas necessidades e especificidades com conteúdos adaptados através de um processo diagnóstico e formativo, já que neste momento o importante é valorizar a aprendizagem contínua do trabalho realizado através da necessidade do educando. E nesse contexto, muitos educadores se sentem incapazes e despreparados para trabalharem com esses alunos dentro da mesma sala de aula do ensino regular, acreditando que o melhor para o educando é colocá-lo em uma sala especial, pois, demanda de conhecimentos mais específicos para educar, necessitando a busca de materiais facilitadores no processo de desenvolvimento da aprendizagem escolar.

Nesse sentido, a escolha do tema foi motivada devido à importância da valorização do sujeito aprendiz em uma sociedade contemporânea e globalizada, capacitando-os como verdadeiros cidadãos atuantes para uma sociedade igualitária.

Levando em consideração esses aspectos, a escola deve estar aberta para a inclusão, em que o aluno é incorporado naturalmente nas classes de ensino regular, **“através de trabalhos específicos do professor de Educação Especial”**. É muito importante o papel socializador da escola na convivência dos alunos com necessidades especiais. À medida que este convive com os alunos ditos normais e com eles participa de determinadas experiências, aprende a conviver com suas próprias deficiências,

dentro das condições normais de vida.

A partir da leitura dos trabalhos selecionados foram elencados alguns autores para subsidiar este trabalho, entre eles: FREIRE (2001); PIAGET (1987); SOARES (2003); FERREIRO (1985), em que foi desenvolvida a revisão de literatura a seguir.

## 1.1 Objetivo

O presente estudo tem como objetivo apresentar a importância da alfabetização e letramento na inclusão especial.

## 2 | ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e letramento são primordiais na vida dos indivíduos, e atualmente com as novas tecnologias, os atos sociais de modo geral, nos impulsionam para o aprendizado. Tanto que a ideia de letramento não se dá apenas no aspecto da língua portuguesa, mas também em relação à compreensão das operações matemáticas, apesar de que nosso foco seja a leitura e seu incentivo.

Nessas circunstâncias constituir o aprendizado de modo satisfatório, dependerá muito mais do conhecimento do mundo em que a criança está inserida, do que em embasamentos metodológicos que se apresentam aos pequenos. (CAGLIARI, 1990).

A alfabetização é definida como o conhecimento do alfabeto, a mecânica da escrita/leitura - processos que visam que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga codificar e decodificar os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), ou seja, o domínio da escrita alfabética. (SOARES, 2003).

O aprendizado acontece, a título de exemplificação, através de livros ilustrados, apresentação das letras e suas formas, brincadeiras com palavras, dentre outras, tudo para desenvolver o interesse pela leitura e sua evolução.

A diferença entre alfabetização e letramento é que alfabetização trata do indivíduo que lê e escreve; e letramento é aquele que além de ler e escrever tem maior conhecimento dos assuntos que envolvem o processo de escrita e leitura. (FARACO, 2012).

O ambiente em que a criança está integrada dá forma a seu comportamento, que por sua vez, não é inato ou condicionado. Assim, tanto o comportamento biológico, quanto intelectual também implicará em sua formação, fazendo com que a mesma se adapte a diversas situações em que lhes são impostas. (FERREIRO, 1985).

Logo, cada indivíduo, como ser único que é se desenvolve de modo diferente. Consequentemente, quanto mais cedo à criança que está em plena formação psíquica, estiver agregada ao universo das letras e for estimulada a participar desse mundo letrado, adquirirá capacidade de construir uma formação produtiva e funcional. (PIAGET, 1987).

Todavia é preciso salientar que não há fórmula mágica para alfabetizar, muito

menos tornar aquele aprendiz em um bom, ou um leitor assíduo e que compreende o espaço que o rodeia, ou seja, uma pessoa letrada.

É preciso despertar o hábito diário de ler, ainda que os pais não tenham tido essa preparação em sua infância, ainda que a escola tenha certa precariedade com relação a materiais para o desenvolvimento de seu trabalho e ainda que o educador, muitas vezes, saia de sua graduação sem muito aparato para desenvolver tais habilidades em seus alunos e encontre diversos problemas para evoluir em seu ofício, tais como classes lotadas e conteúdos muitas vezes exaustivos.

O professor precisa ter um olhar diferenciado aos alunos incluídos neste processo. A alfabetização e letramento dos alunos especiais demandam de materiais adaptados conforme suas necessidades e dependendo da deficiência, este tendo pouco conhecimento, irá necessitar de um profissional facilitador na mediação dos conteúdos abordados para o processo de aprendizagem ocorrer.

## 2.1 O processo educacional e seus métodos

Até meados do século 19, os que predominavam entre os métodos de ensino eram aqueles os quais os docentes tinham aprendido, ou seja, eles repassavam para seus alunos o que lhes havia sido ensinado, primeiro aprendia-se as letras, depois a formar as sílabas e posteriormente a junção delas para a formação de palavras e frases. Já no século 20 surgiram dois métodos de leitura e da escrita, que foram chamados de sintéticos e analíticos. (OLIVEIRA, 2002).

A reflexão e produção pedagógica se fazem necessárias para o desenvolvimento pessoal e profissional do docente na construção e reconstrução de novos saberes direcionados a alfabetização e letramento dos alunos surdos ou deficientes auditivos, que requer do educador uma formação que propicie condições de trabalho no sentido de promover em seu educando o reconhecimento de sua identidade, cultura e relação entre conhecimentos da vida pessoal e acadêmica. Essa reflexão requer planejamento, consciência do ato, compromisso do professor com a reformulação das metodologias e práticas pedagógicas observadas, estratégias de ensino e tomadas de decisões, reorientando o trabalho diário após formação permanente reflexiva, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento profissional gerando um conhecimento ativo podendo assim adaptar e modifica-las conforme a diversidade.

O fato da prática da leitura ter surgido em vários países ao mesmo tempo fez com que essa semelhança ficasse somente nesse aspecto, no Brasil a alfabetização é muito inferior à prática realizada nos países de primeiro mundo, sendo que aqui o domínio do sistema de escrita está num patamar muito superior. Os problemas socioeconômicos ocorridos em nosso país acabaram de certa forma contribuindo para o atraso da alfabetização. Tais questões não foram priorizadas pelos governantes, e por isso, o ensino nos países de primeiro mundo produzem resultados mais satisfatórios.

Efetivamente, pela linguagem nos expressamos - nos revelamos - nos relacionamos uns com os outros e com o mundo. Somos humanos pela linguagem,

através da linguagem provocamos nosso imaginário, criamos, construímos a sociedade, fazemos história. A linguagem e a escrita são parte do universo criado pela leitura, e por isso, os debates relacionados à alfabetização devem promover discussões sobre a melhoria da qualidade no ensino. (MOLL, 2009).

A ação de ler compreendida de modo amplo caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca. Pois, se este lhe aparece, num primeiro momento, como desordenado e caótico, a tentativa de impor a ele uma hierarquia qualquer e significados, representa de antemão, uma luta, porque imprime um ritmo e um conteúdo aos seres circundantes. (VYGOTSKY, 1987).

A interação dialógica é que aproxima texto-leitor, porque a paixão pela leitura não é algo casual, uma vez que ela se alimenta da formação do hábito que desencadeia o interesse, a motivação e o encantamento pelo mundo mágico, atraindo inicialmente pequenos leitores apaixonados pelo diálogo que se dá entre leitor-texto, transformam-se em excelentes adultos leitores. (SAVATER, 2000).

A escola também pode promover atividades sobre a importância da leitura e o papel que ela desempenha na aprendizagem. Poderá realizar encontro com escritores, estudiosos e estudantes; organizar visitas culturais; providenciar livros, revistas, jornais, vídeos e outros recursos; viabilizar eventos culturais com integração de outras escolas; exposições de trabalhos produzidos pelos alunos.

## 2.2 Ensino e aprendizagem

A criança não é neutra, nem vazia de conhecimentos. O letramento acontece mesmo antes da alfabetização, quando a criança começa a interagir socialmente, ao observar os adultos durante a leitura de receitas médicas, livros, quando a mãe lê e segue as instruções das embalagens ou prepara receitas culinárias, em todo momento ela está sendo influenciada. (FREIRE, 2001).

Uma ação educativa precisa acontecer no sentido de provocar, desafiar, estimular, ajudar o sujeito a estabelecer uma relação pertinente com o objeto, que corresponda em algum nível, à satisfação de uma necessidade sua, mesmo que essa necessidade não estivesse tão consciente no início. (PIAGET, 1987).

A alfabetização precisa ser significativa, envolvente, e os alunos precisam sentir-se parte integrante do processo, onde seu cotidiano, suas histórias de vida e ideias sejam valorizadas e trazidas para o contexto de sua aprendizagem. (SOARES, 2003).

As crianças necessitam ser instigadas, desafiadas, levadas a refletir, provocadas a participar de forma ativa de seu aprendizado, em um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita, transformando as informações recebidas em conhecimentos.

É certo concluir que a primeira infância se revela de forma curiosa e incansável no que diz respeito à leitura do mundo. Logo, é indiscutível a chance que o professor tem nessa fase para desenvolver ações em que a escrita seja usada de forma sistemática

e reveladora, assim como seu uso expressivo e real.

Diante disso, é claro, o valor do professor quando se fala na horizontalidade, afinal a criança deve tê-lo como elo com o saber, não como aquele que abrange todo o saber.

Em um mundo tão raso no que diz respeito à vida letrada em que estamos introduzidos, é preciso difundir o incentivo a mudança desse quadro para que nossas futuras gerações não sofram a triste realidade de viver em um ambiente em que suas habilidades, para a vida externa, não nasçam através de um raciocínio crítico e destinado a mudar o rumo de sua própria história, de sua autoconstrução, assim há grande necessidade de investir também no educador, dando-lhe meios de exercer seu trabalho com mais dignidade e coragem.

### **2.3 O processo de alfabetização e letramento para a construção do conhecimento**

A alfabetização é um processo importante para o aluno em toda sua vida escolar, pois aprender significa entender o processo da relação entre a fala e a escrita, com isso os textos elaborados precisam ser fáceis de entender, que possuam rimas, relações entre animais e objetos, ou seja, textos criativos. O processo de alfabetização começa em casa com a língua oral. O ambiente ao mesmo tempo em que deve incluir a dinâmica do ensino/aprendizagem também proporciona desafios que a vida moderna oferece a criança. (CARVALHO, 2005).

É relevante salientar que é preciso empregar todo esforço para que a criança, diante do ambiente em que está situada, seja motivada a pensar sobre o que está escrevendo, apropriando-se da língua, de forma que tal exercício aconteça naturalmente.

Os textos trazem esta importância no processo de leitura e escrita além de encantar, despertar a imaginação, a descoberta, o mundo encantado. O estímulo à leitura cria um hábito e forma bons escritores, pois para cada livro lido é uma porta que se abre em um mundo letrado.

A educação deve fazer os homens cada vez mais conscientes de seu papel na sociedade, e tal conhecimento deve ser usado sempre que possível de modo crítico e consciente. (VYGOTSKY, 1987).

A leitura é um importante instrumento para a libertação do povo e para o processo de reconstrução social. Ler é conhecer, e, nesse contexto, é possível perceber as forças e relações existentes no mundo da natureza e dos homens. (SMOLKA, 2003).

Faz-se necessário que as práticas educativas, desenvolvidas no cotidiano escolar, desencadeiem um trabalho voltado para formar leitores, a partir do oferecimento de livros, materiais e recursos que estejam próximos da realidade dos alunos, de modo que sejam levantadas questões significativas para a vida humana.

A contradição fundamental está no distanciamento entre discurso sobre importância da leitura e as condições concretas em que ela se efetue. No entanto, o essencial é saber distinguir o que ler de modo que o processo de socialização e

educação seja mais significativo. (CALIGARI, 1990).

É importante discutir e delinear outras funções para a leitura. A função social da leitura se vincula à conscientização ou politização dos brasileiros, aos movimentos da luta por uma sociedade melhor. Para tanto, há que se pensar nas condições concretas dos profissionais da educação, às lutas por melhores salários e melhores condições para ensinar, que proporcionarão aos professores um horizonte de melhoria e transformação no ensino da leitura.

A criança está inserida num contexto social em que a tecnologia invade e redimensiona a realidade, proporcionando situações que muitas vezes acabam distorcendo valores e inculcando certos padrões sociais, que nem sempre primam pela dignidade e pela vida. Essa é, na verdade, a grande luta de nossos tempos fazendo com que o ser humano encontre o verdadeiro significado da vida. (FERREIRO, 1985).

Nesse sentido, é importante que a criança aprenda a se conhecer e a se entender. Só assim será capaz de se relacionar com outros de forma a encontrar significado para a sua existência.

Sem o hábito de leitura, o homem acaba isolado, desvinculado da sociedade e de seu ambiente. Lendo, ele encontra um novo mundo, diferente do qual ele está inserido, pois pode fazer viagens que jamais imaginou, conhecer o desconhecido, permanecer ou sair de lugares no momento que achar oportuno. Somente o fantástico mundo da leitura é capaz de proporcionar ao leitor viagens incríveis e sensacionais sem sair de casa. (YUNES, 1984).

Se for concebida por simples decodificação, as atividades serão organizadas visando ler por ler, memorizar, repetir e copiar ideias. Se conceber por ato de interagir com o texto, as atividades serão criativas oportunizando os alunos a recriar, refletir, analisar, inferir, levando-o a ler diversas formas de leitura.

## 2.4 Inclusão

A literatura relata que até o início do século XV as crianças que nascessem com algum problema de saúde eram atiradas nos esgotos da Cidade Antiga de Roma. Posteriormente, na idade média, os considerados deficientes eram encontrados facilmente nos abrigos das igrejas. Entre os séculos XVI ao XIX os deficientes viviam isolados do resto da população, em locais como albergues, conventos e asilos, até surgirem os hospitais psiquiátricos que faziam atendimento especializado em pessoa com necessidades especiais. Já no século XX, os direitos destas pessoas passaram a ser respeitados pela sociedade, e tal fato culminou com a criação da Declaração dos Direitos Humanos no ano de 1948. (HOFFMANN, 1995).

Aqui no Brasil, Segundo Mazzotta (2003, p. 15), a "inclusão data de poucos anos, e tal fato se exteriorizou pela evolução da sociedade e dos direitos civis, e das políticas protecionistas instaladas neste último século".

Um dos maiores desafios para inclusão social plena das pessoas com deficiência foi o acesso ao sistema regular de ensino, sendo esta considerada como a garantia de

direitos e o exercício da cidadania. Após uma longa trajetória de busca por políticas de inclusão para as pessoas com deficiência, na atualidade, podemos contar com um considerável número de legislações que visam garantir a inclusão nos diversos setores da sociedade. "A Educação Inclusiva é o resultado de muitos estudos teóricos e práticos, bem como discussões que tiveram a participação e apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores." (KUSS, 2016, p. 27).

Em 1950 a inclusão começa a ser tratada com maior preocupação pelos legisladores. Atualmente por iniciativa de vários órgãos o atendimento aos sujeitos com necessidades especiais visa à sua inserção na sociedade. (BEYER, 2005).

Para Mazzotta (2003, p. 16), os indivíduos com necessidades especiais requerem uma proteção com relação aos aspectos sociais e civis, a qual foi postulada na Constituição Brasileira de 1967.

A legislação brasileira se atentou a inserir em seus dispositivos legais, normas que exijam a inclusão das pessoas com necessidades especiais. A Educação Inclusiva abrange a integração escolar, a qual é um recurso contra a discriminação, abuso e abandono. A inclusão refere-se a intervenções necessárias para a criança com deficiência acompanhar a escola e superar-se. (SELAU, 2007, p. 45).

A Educação Inclusiva abandona a ideia de que a criança tem que ser normal para contribuir. A Escola deve resgatar o seu papel de ensinar, aprender com a diferença e despertar o desejo de todos de aprenderem com as novidades que eles carregam consigo, considerando o potencial que poderá ser desenvolvido pelas crianças, e não ficando circunscritas as suas dificuldades. O acesso ao saber deve ser garantido a todos, de forma objetiva, adequada, especialmente àqueles com deficiência, para que se assegure realmente a igualdade de oportunidades entre os alunos considerados especiais e normais. (HONORA; FRIZANCO, 2008).

Conforme Fonseca (2007, p. 39), independente ou paralelamente a existência da Escola Inclusiva cabe a cada cidadão a responsabilidade pela construção e manutenção da Sociedade Inclusiva, a qual deverá refletir o tipo de escola que será oferecida a todos.

Ao dispor sobre o conceito de necessidades especiais, parte do papel da escola e da educação escolar, promover de forma intencional, o desenvolvimento de certas capacidades, a apropriação de conteúdos da cultura, fundamentais para as pessoas se tornarem membros ativos dessa cultura, que no Brasil, chama-se construção da cidadania. (ARANHA, 2004, p. 23).

Para Mantoan (2005, p. 25) "inclusão pode ser entendida como o processo que visa capacitar e reconhecer as diferenças entre os cidadãos, de modo que todos possam compartilhar suas experiências".

Os alunos que chegam à escola regular são responsabilidade de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa pela Educação Especial. (BOLONHINI JR., 2004).

Martins (2012) compreende que as escolas são espaços em que a construção

do conhecimento, as relações estabelecidas e as práticas desenvolvidas podem ser semeadas e cultivadas de forma democrática e inclusiva.

O processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais normalmente é lento, em função das próprias características desta condição: adaptação social inadequada, capacidade reduzida para o aprendizado e lentidão do processo de maturação. As etapas no processo de aprendizagem são: motivação, objetivo, preparação, obstáculo, resposta, reforço e generalização. (BEYER, 2005, p. 44).

A fim de que o processo de aprendizagem se efetue de forma favorável, é importante considerar ou criar princípios facilitadores como: oferecer experiências de sucesso, passagem lenta de uma etapa para a outra, proceder de modo sistemático, entre outros. As condições para a inclusão de alunos com necessidades especiais em relação ao ensino estão legalmente criadas, mas é evidente que a escola regular não está preparada para recebê-lo. A presença de um aluno especial no ensino regular cria novas necessidades e exigências.

As escolas precisam eliminar atitudes preconceituosas, preparar todos os alunos e suas famílias para conviverem à luz da filosofia da inclusão escolar, capacitar continuamente todos os profissionais que atuam na escola e educar a comunidade local para a adoção de atitudes inclusivas e proporcionar um currículo para todos os alunos, adequado às necessidades, capacidades e diferenças individuais.

## 2.5 Legislação inclusiva e os desafios encontrados para inclusão

O entendimento da educação expresso na LDB possui um alcance maior do que o de educação escolar e encontra-se na raiz de questões básicas quanto à problemática da educação como a distância entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e manual, entre o mundo da escola e o mundo do trabalho. (CARVALHO, 2007, p. 52).

Dessa forma, a educação brasileira tem como objetivo trabalhar para a formação de pessoas independentes, de visão empreendedora e que se posicionem de modo solidário frente à sociedade, respeitando o ser humano na construção da efetiva democracia. (AZEVEDO, 2004, p. 42).

Baseado nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) a legislação brasileira considera que todas as crianças e jovens com deficiência devem frequentar a escola regular e as estas devem estar adequadas para o acesso desses estudantes. Para tal fim foram promovidas ações, tais como o Atendimento Educacional Especializado, tendo como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Anísio Teixeira, no início dos anos 60, considerava que a escola é, "em verdade, o lugar para aprender, mas nesse processo a troca de experiência faz dessa atividade uma recreação e torna esse processo muito mais prazeroso". (MOTTA, 1997, p. 221).

Portanto, se verifica que o legislador brasileiro procurou dar tratamento a essas

questões, e a legislação nos últimos anos apresentou avanço com relação às normas anteriores.

Por esse, motivo tem-se pensado, no contexto da sociedade e instituição, em uma gestão educacional e não apenas em uma administração dos objetivos educacionais. Então, para que essa prática se desenvolva com sucesso propõem-se que o profissional reflita durante sua própria ação sem interrompê-la, ou seja, é necessário que se tenha um diálogo com sua ação, com a própria situação e em seguida vê-se como necessário a reconstrução mental da ação. (OLIVEIRA, 2002).

A exclusão não recai somente em alunos deficientes, recai também em alunos desfavorecidos economicamente, e que necessitam em muitos casos trabalhar para custear seus estudos.

O desafio de aprendizagem na vida de uma criança deve transcorrer de forma normal para que estes problemas não influenciem no seu aprendizado, há quem considere o período escolar como ameaçador na vida do estudante, entretanto, não se pode esquecer a importância do estudo na formação do caráter do cidadão, e os benefícios que este pode trazer a vida de qualquer um. Os alunos considerados especiais em virtude de problemas físicos ou mentais são os que requerem maior cuidado por parte dos Entes Governamentais, responsáveis pela criação das diretrizes escolares. (JOSÉ; COELHO, 2002).

Como forma de evitar que esse aluno entre nessa estimativa negativa é necessária tratar a inclusão com seriedade por parte dos responsáveis, de modo que as pessoas colocadas nessa categoria possam ter o mesmo tratamento igualitário dispensado aos alunos considerados normais, essa desigualdade deve permitir ao aluno condições de aprendizado segundo sua capacidade. (LEITE, 2009, p. 64).

A qualidade é à base do ensino escolar, e deve ser assumida pelos responsáveis durante a elaboração das diretrizes, e por aqueles responsáveis por colocar essas ações em prática. A inclusão proporciona a integração entre seus alunos de modo que as práticas discriminatórias não ocorram. (MARTÍNEZ; TACCA, 2011).

Segundo Aranha (2004, p. 27) "a inclusão deve democratizar o ensino escolar de modo que as pessoas envolvidas nesse processo possam conversar entre si, analisar, discutir e propor soluções para os problemas enfrentados pela escola".

A participação e interação das pessoas envolvidas nesse processo devem convergir para o mesmo sentido, qual seja, o de melhoria dos níveis educacionais. A inclusão deve promover entre os alunos, interação e não exclusão, o ensino deve ser transmitido de forma igualitária na medida estabelecida pela desigualdade, pois, aquele considerado especial irá apresentar maior dificuldade de aprendizado, mas nem por isso deva ser considerado excluído.

## 2.6 Deficiência de aprendizagem

As dificuldades de aprendizagem são neurologicamente baseadas em problemas de processamento das informações pelo cérebro. Estes problemas de

processamento podem interferir no aprendizado de habilidades básicas como leitura, escrita, aprendizagem de matérias que envolvam cálculo numérico, como a física e a matemática. A dificuldade de aprendizagem pode interferir em ações que envolvam planejamento, organização do tempo, raciocínio abstrato, a memória a longo ou curto prazo, entre outras. É importante perceber que as dificuldades de aprendizagem podem afetar a vida dos indivíduos muito além da aprendizagem, ela pode afetar as relações com a família, amigos e no trabalho. (SMITH; STRICK, 2001).

A Lei Brasileira de Inclusão resultou de um longo processo de elaboração do estatuto da pessoa com deficiência, que teve inúmeras versões. Ao apensar todos os projetos de lei anteriores, foi necessária a sua reelaboração. A Lei nº 13.146/2015 compilou toda norma produzida no país e sua implementação parte de um conjunto de conquistas em fase de consolidação.

Em 1989 foi definido que a criança deficiente era a que se desvia da média ou da criança normal em características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares "corporais, comportamento emocional" social, aptidões de comunicação, e, múltiplas deficiências. (MAZZOTA, 2003).

Os novos marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial na perspectiva inclusiva, possibilitaram a implantação de salas de recursos multifuncionais para a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todos os municípios brasileiros, atingindo em torno de 50% das escolas públicas com matrícula desses estudantes.

O conceito de necessidades educacionais especiais pode ser demasiadamente amplo, pois, ele não se refere apenas às pessoas com deficiência, mas a todas as pessoas que, por diversos motivos, em algum momento de suas vidas necessitam de algum tipo de atendimento especial. Sendo assim entendem-se como necessidades educacionais especiais, além das dificuldades sobre as deficiências, situações temporárias e individualidade biológica, também aquelas consequentes de diversas situações que possam interferir no processo de aprendizagem, seja pela sua condição étnica, socioeconômica, cultural, experiências ou outra característica qualquer que os diferencie dos demais. (BOLONHINI JR, 2004).

Em termos simples, a aprendizagem de uma pessoa com deficiência resulta na maneira como o cérebro irá processar as informações. As crianças com dificuldades de aprendizagem podem ser mais ou menos inteligentes do que a maioria das outras crianças, mas, elas irão apresentar dificuldade na aprendizagem da leitura, escrita, ortografia, raciocínio, organização de informações. (HONORA; FRIZANCO, 2008).

De um modo generalista se pode dizer que os indivíduos com dificuldades de aprendizagem são alunos medianos, em que, muitas vezes, parece existir uma diferença entre seu sucesso potencial e seu real sucesso alcançado. É por isso que a dificuldade de aprendizagem é referida como uma deficiência oculta. (BEYER, 2005).

A dificuldade de aprendizagem possui correlação com outros termos tais como distúrbios de aprendizagem, transtornos de aprendizagem e problemas

de aprendizagem, onde, cada um desses possui características próprias, sendo, porém, todos responsáveis pelo não aprender ou aprender de forma parcelada ou desestruturada. (NUNES et al., 2000).

Valorizar o indivíduo, respeitando suas diferenças é uma tarefa não só das Instituições Educacionais, mas também da sociedade como um todo, devendo cada cidadão estar atento ao papel fundamental na participação dessa mudança de paradigmas.

### 3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada está em concordância com o procedimento de pesquisa bibliográfica, trabalhando assuntos correlacionados com o tema central.

De acordo com Lakatos e Marconi, a pesquisa bibliográfica se divide em oito fases distintas: escolha do tema " elaboração de plano e trabalho " identificação " localização " compilação " fichamento " análise e interpretação e redação. Tais fases adotadas no processo de pesquisa irá nortear e tonar o trabalho mais consistente e coerente com os objetivos propostos. (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Nota-se a importância de observar os conceitos relevantes para a compreensão do tema e dos objetivos, antes de introduzi-los no trabalho.

A cerca da pesquisa é qualitativa e exploratória, que de acordo com Gil (2010), dispõe que o seu principal objetivo é aprimorar ideias ou descobrir intuições. (GIL, 2010).

O material escolhido foi selecionado para dar qualidade ao trabalho e mostrar a importância da alfabetização e letramento na educação especial.

### 4 | RESULTADOS

A sociedade do século XXI sofre constantes mudanças, discute novos rumos para a escola e quais as melhores concepções a serem utilizadas na área de educação por pessoas com necessidades educativas especiais. Desde 1990 se discute sobre o assunto, e sobre o modelo aplicado ao caso concreto em escolas particulares e públicas.

O acesso a uma sala de aula de educação especial muitas vezes é chamado de autossuficiente, em virtude do que é oferecido a esses alunos, e muitas vezes, eles têm a capacidade de trabalhar individualmente com professores especializados em educação especial, de modo que o conteúdo abordado seja compatível com seu aprendizado.

A construção da aprendizagem é um processo que acontece entre o aprendiz (aluno) e o objeto de conhecimento (conteúdo aula), e pode-se dizer que existem dois ciclos na aprendizagem seguindo a Teoria de Piaget, onde: 1º - antes de Piaget - na escola dita - antiga, e 2º - depois de Piaget - com a inserção das teorias da

Epistemologia genética. (FACCI, 2006).

O ideal é que todas as instituições trabalhem de forma consciente com a inclusão, mas não se pode negar que incluir o aluno com necessidade especial ainda é um desafio. Há instituição escolar que coloca em prática o ensino inclusivo sem o mínimo de condição para atendê-lo, e dessa forma, dificilmente conseguirá atingir os seus objetivos.

## 5 | CONCLUSÃO

Nota-se que as instituições de ensino almejam promover a prática inclusiva, de modo que as escolas, as salas de aulas e os profissionais que ali trabalham sejam preparados para ensinar a todos os alunos ditos "normais" e "especiais". A educação escolar inclusiva não pode ser pensada somente na colocação do aluno especial na sala de aula, mas se preocupar com que todos os alunos possam se envolver entre si e com o professor.

A formação do docente escolar deve primar por princípios construtivos baseados em cooperação, aprimoramento dos profissionais envolvidos, qualidade na infraestrutura da escola e etc., de modo que a integração possa ocorrer de maneira natural e sem maiores problemas.

Dessa forma, conclui-se que não é uma tarefa fácil encontrar uma escola de qualidade e com bons profissionais, quando o assunto é matricular uma criança especial. Mas nos dias atuais o número de crianças que possuem algum tipo de deficiência aumentou muito, e isso fez com que se criassem melhorias nas escolas.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. (org.). **Educação Inclusiva: a escola**. Volume 3. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BOLONHINI JUNIOR, R. **Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas e a legislação brasileira**. São Paulo, SP: Arx, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, SEESP, 2001.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1990.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. São Paulo: WVA, 2007.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2005.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Vigotskii e o processo ensino aprendizagem: a formação de conceitos.** In: MENDONÇA, S. G. de L, MILLER, S. (orgs). Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e Implicações pedagógicas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem escrita e alfabetização.** 1ª Ed. Contexto, 2012.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização.** São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

FONSECA, V. **Tendências futuras da educação inclusiva.** Ferreira, C. A. M; Ramos, M. I. B (org.). Psicomotricidade: Educação Especial e Inclusão Social - Rio de Janeiro: Wak Ed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2ª Ed. Porto Alegre, RS, Artemed, 1995.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** Ciranda Cultural, 2008.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem.** 12ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.

KUSS, P. F. **Análise da inclusão das crianças cegas na educação regular:** um olhar para a tecnologia assistiva. 2016. 105 f. Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina, 12 dez. 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, A. M. A. **Perspectiva educacional de Inclusão.** In VALLE, Bertha de Borja Reis do. Políticas Públicas em Educação. Curitiba: IESDE Brasil S. A. 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão e escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

MARTÍNEZ, A. M.; TACCA, M. C. V. R. **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência.** Campinas: Alínea, 2011.

MARTINS, C. S. L. **A seara das práticas pedagógicas inclusivas com tecnologias:** com a palavra as professoras das salas de recursos multifuncionais. 2012. 265 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2003.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

MOTTA, E. O. **Direito Educacional e educação no século XXI: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: UNESCO, 1997.

NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na Aprendizagem de Leitura: Teoria e Prática**. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SELAU, B. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldade de Aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo**. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SOARES, M. B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em 19 jun. 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

YUNES, Eliana. **A leitura e a formação do leitor**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-460-3

